



**PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
SECRETARIA ESPECIAL DE PORTOS**

**PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIA ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2009**

Março/2010



**PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
SECRETARIA ESPECIAL DE PORTOS**

PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIA ANUAL RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2009

Relatório de Gestão apresentado ao Tribunal de Contas da União como prestação de contas anual a que esta Unida está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da Instrução Normativa TCU n.º 57/2008, da Decisão Normativa TCU n.º 100/2009 e da Portaria TCU n.º 389/2009.

Brasília, 25/03/2010

LISTA DE ABREVIACOES E SIGLAS

ANTAQ: Agência Nacional de Transportes Aquaviários.
BID: Banco Interamericano de Desenvolvimento
CASNAV: Centro de Análises de Sistemas Navais da Marinha do Brasil
CDC: Companhia Docas do Ceará
CDP: Companhia Docas do Pará
CDRJ: Companhia Docas do Rio de Janeiro
CENEP: Programa Centro de Estudos Portuários
CENTRAN: Centro de Excelência em Transportes
CODEBA: Companhia Docas da Bahia
CODERN: Companhia Docas do Rio Grande do Norte
CODESA: Companhia Docas do Espírito Santo
CODESP: Companhia Docas do Estado de São Paulo
COFIEX: Comissão de Financiamentos Externos
DEMOP: Departamento de Revitalizao e Modernizao Portuária
DEOP: Departamento de Desempenho Operacional
DGPR: Departamento de Gestão Portuária
DINF: Departamento de Infraestrutura Portuária
DINP: Departamento de Sistema de Informaoes Portuárias.
DPLP: Departamento de Planejamento Portuário
GPPR: Gestão Portuária por Resultado
ISPS-CODE: International Ship And Port Security
MPOG: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.
OFSS: Orçamento Fiscal e da Seguridade Social
OGU: Orçamento Geral da União
OI: Orçamento de Investimento
PAC: Programa de acelerao do Crescimento
PBA: Programa Básico Ambiental
PGO: Plano Geral de Outorga
PIC: Projeto de incentivo à Capotagem
PND: Programa Nacional de Dragagem
PNLP: Plano Nacional de Logística Portuária
POR: Port of Rotterdam
REIDI: Regime Especial de Incentivo para o Desenvolvimento de Infraestrutura

REPORTO: Regime Tributário p/ Incentivo à Modernização e a Ampliação da Estrutura Portuária

SENAI: Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial

SEP/PR: Secretaria Especial de Portos/Presidência da Republica

SIDERAMA: Siderúrgica do Estado do Amazonas.

SNPH: Sociedade de Navegação Portos e Hidrovias do Estado da Amazonas

SPL: Subsecretária de Planejamento e Desenvolvimento Portuário

SPT: Subsecretaria de Portos

UNIFESP: Universidade Federal de São Paulo

USTDA: United States Trade And Development Agency

VTS: Vessel Tracking System

ZAL: Zona de atividade Logística

LISTA DE TABELAS, RELAÇÕES, GRÁFICOS, DECLARAÇÕES, ETC

Identificação	7
Quadro Valores Executados	19
Quadro Valores Empenhados por Subfunção	19
Identificação da Unidade Orçamentária	20
Programação das Despesas Correntes	20
Programação das Despesas de Capital	20
Resumo da Programação das Despesas e Reserva de Contingência	21
Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa	21
Despesas por Modalidade de Contratação	22
Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa	23
Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa	24
Demonstrativo da Execução Orçamentária por Programa de Governo	25
Execução Física das ações realizadas	25
Composição do Quadro de Recursos Humanos – Situação em 31/12/2009	26
Composição e custos de Recursos Humanos nos exercícios de 2007, 2008 e 2009 .	26
Pagamento de Restos a Pagar – Exercício de 2009	27
Declaração do Contador	27
Quadro de Detalhamento de Transferências	28
Quadro de Deliberações TCU	32

SUMÁRIO

SECRETARIA ESPECIAL DE PORTOS	8
1 – COMPETÊNCIA	9
2 – ESTRUTURA INSTITUCIONAL DA SEP/PR	9
3 – REALIZAÇÕES EM 2009	10
3.1 – SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO PORTUÁRIO	10
A) PROGRAMA NACIONAL DE DRAGAGEM – PND	10
B) MONITORAMENTO AMBIENTAL	11
C) PORTO SEM PAPEL	11
D) PLANO NACIONAL DE LOGÍSTICA PORTUÁRIA – PNLP	12
3.2 – SUBSECRETARIA DE PORTOS	12
A) GESTÃO DAS CIAS DOCAS	13
B) GESTÃO DOS PORTOS DELEGADOS, CONCEDIDOS E ADMINISTRAÇÃO DIRETA	14
C) AÇÕES DE NATUREZA NÃO ORÇAMENTÁRIA	16
4 – EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	18
ANEXOS	37



INTRODUÇÃO

A Secretaria Especial de Portos da Presidência da República (SEP/PR), criada por meio da Medida Provisória n.º 369, de 7 de maio de 2007, convertida na Lei n.º 11.518, de 5 de setembro de 2007, possui em suas atribuições e competências, dentre outras, de formular políticas públicas, estabelecendo diretrizes para o fomento do setor portuário e a executar as medidas, programas e projetos de apoio ao desenvolvimento da infraestrutura dos portos marítimos.

Desde sua criação, a SEP/PR conta com apoio técnico, administrativo e financeiro da Casa Civil referente ao pagamento de folha, a utilização dos serviços de natureza continuada, bem como, serviços de copeiragem e limpeza.

Em relação à gestão de recursos humanos da SEP, há a necessidade de adequação quantitativa nos quadros atuais. Considerando-se que a SEP não possui quadro próprio, o número de servidores que prestam serviços a esta Secretaria são insuficiente para o atendimento dos projetos em andamento e novos projetos que se encontram em elaboração. Ressalta-se a necessidade da criação de um quadro próprio em um período de médio prazo.

Dentre as ações desenvolvidas pela SEP/PR, para o fomento do setor de transporte, o Programa Gestão da Política Portuária, sob o código 1470, é o único programa gerenciado diretamente por esta Secretaria. Por oportuno, o programa é o único a ser informado no demonstrativo de Execução Orçamentária por Programa de Governo.



RELATÓRIO DE GESTÃO – EXERCÍCIO 2009

IDENTIFICAÇÃO

Poder e Órgão de vinculação			
Poder: Executivo			
Órgão de Vinculação: Presidência da Republica			Código SIORG: 92748
Identificação da Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa: Secretaria Especial de Portos			
Denominação abreviada: SEP			
Código SIORG: 92748	Código LOA: 20128		Código SIAFI:
Situação: Ativa			
Natureza Jurídica: Órgão Público			
Principal Atividade: 50.99-8-99 – Outros transportes aquaviários			Código CNAE: 101-5
Telefones/Fax de contato:	(061) 3411-3766	(061) 3411-3754	(061) 3326 2042
Endereço eletrônico: faleconosco@portosdobrasil.gov.br			
Página da Internet: www.portosdobrasil.gov.br			
Endereço Postal: SCN Quadra 4, Bloco B, Centro Empresarial Varig, Pétala C Mezanino, SI 1403			
Normas relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Normas de criação e alteração da Unidade Jurisdicionada			
Medida Provisória n.º 369, de 7 de maio de 2007 e Lei n.º 11.518, de 5 de setembro de 2007			
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada			
Decreto n.º 6.116, de 22 de maio de 2007, que Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão da Secretaria Especial de Portos da Presidência da República, e dá outras providências.			
Manuais e publicações relacionadas às atividades da Unidade Jurisdicionada			
Não há.			
Unidades Gestoras e Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Unidades Gestoras relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Código SIAFI	Nome		
110309	Secretaria Especial de Portos - Demais		
Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Código SIAFI	Nome		
11023	Secretaria Especial de Portos - Obras		
Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões			
Código SIAFI da Unidade Gestora		Código SIAFI da Gestão	
Denominação das Unidades Orçamentárias		Código da UO	Código SIAFI da UGO
Secretaria Especial de Portos		20128	110309

SECRETARIA ESPECIAL DE PORTOS

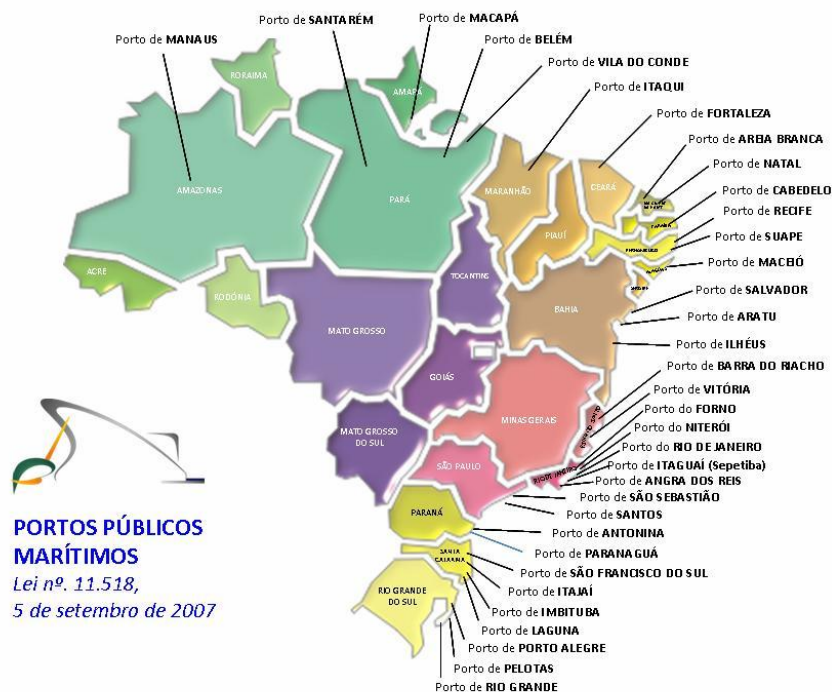
1 - COMPETÊNCIA

A Secretaria Especial de Portos da Presidência da República (SEP/PR) possui as atribuições e competências, dentre outras, de formulação de políticas públicas, de estabelecer as diretrizes para o fomento do setor portuário, da execução de medidas, programas e projetos de apoio ao desenvolvimento da infraestrutura dos portos marítimos, com os recursos de investimentos orçamentários do Orçamento Geral da União (OGU), predominantemente integrantes do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

À SEP/PR compete, ainda, a participação no planejamento estratégico e a aprovação dos planos de outorgas, tudo isso visando à segurança e eficiência do transporte marítimo de cargas e de passageiros no país.

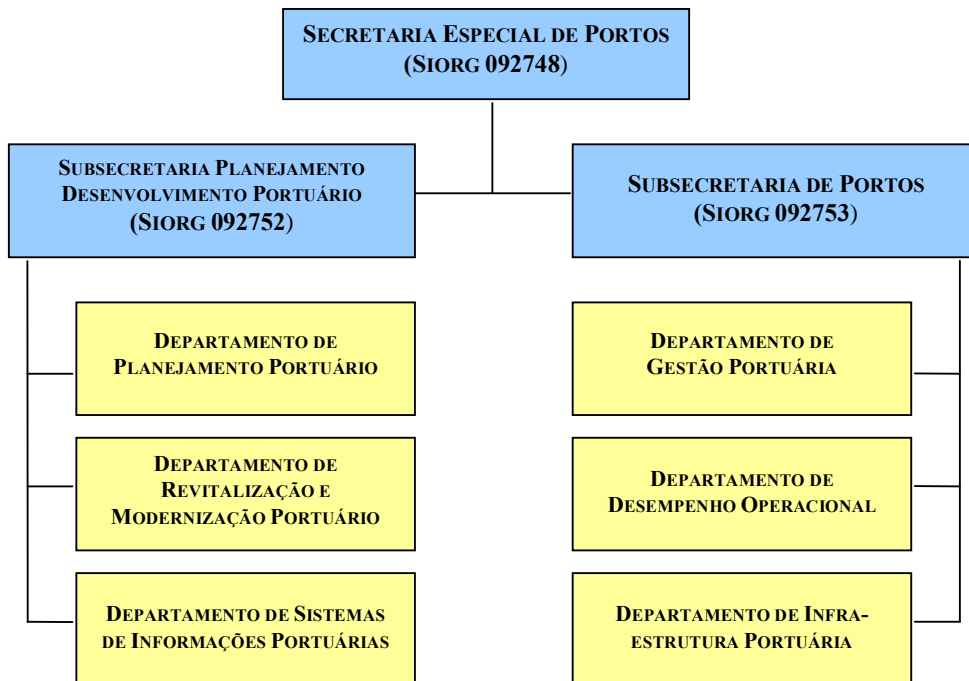
Assim, para o cumprimento de suas atribuições legais e atendimento às necessidades dos portos marítimos brasileiros, a SEP/PR está desenvolvendo uma clara e objetiva política portuária e um plano estratégico de desenvolvimento dos portos brasileiros com planejamento de curto, médio e longo prazo, visando minimizar os problemas de quase duas décadas de ausência de uma política clara para o setor.

O sistema portuário brasileiro é composto por 37 portos públicos, dos quais 34 são marítimos e 3 fluviais. De acordo com Lei n.º 11.518, de 5 de setembro de 2007, estão sob a responsabilidade da SEP somente os portos marítimos.



2 - ESTRUTURA INSTITUCIONAL DA SEP/PR

A Secretaria Especial de Portos - SEP/PR tem a seguinte estrutura organizacional, conforme o Decreto n.º 6.116 de 22 de maio de 2007:



Compete a Subsecretaria de Planejamento e Desenvolvimento Portuário¹:

- I - consolidar a proposição orçamentária e do plano plurianual de investimentos da Subsecretaria;
- II - subsidiar a formulação e implementação das políticas setoriais, planejamento estratégico e de planos e programas decorrentes, bem como monitorar e avaliar sua execução;
- III - coordenar as atividades relativas à outorga para exploração de infra-estrutura e prestação de serviços;
- IV - supervisionar as atividades de planejamento, estudos e pesquisas de engenharia de meio ambiente, bem como coordenar a realização de programas de desenvolvimento tecnológico e de capacitação técnica;
- V - supervisionar a revitalização e modernização das áreas portuárias e sua integração urbana e regional, bem como a harmonização intersetorial e interinstitucional dos agentes das atividades portuárias; e
- VI - supervisionar os sistemas de informação, planejamento e tomada de decisão.

¹ Art. 9º do Decreto Presidencial n.º 6.116, de 22/05/2007.

Compete a Subsecretaria de Portos²:

- I - consolidar a proposição orçamentária e do plano plurianual de seus investimentos;
- II - consolidar, avaliar e coordenar a execução e implementação dos programas, projetos, ações, contratos e convênios de obras e serviços;
- III - supervisionar o desempenho operacional do setor portuário marítimo, estabelecer ações e diretrizes para sua melhoria, implementando indicadores econômico-financeiros e de qualidade, objetivando a avaliação dos programas portuários; e
- IV - interagir com órgãos públicos e privados, garantindo a uniformização e a integração de procedimentos para a efetiva implementação dos programas, projetos, obras e ações do setor portuário.

3 – REALIZAÇÕES EM 2009

3.1 SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO PORTUÁRIO

A Subsecretaria de Planejamento e Desenvolvimento Portuário, como parte de suas atribuições, tem realizado ações com vistas a dar celeridade nos processos de modernização, ampliação e consolidação das áreas operacionais portuárias.

No desempenho de suas atividades, a Subsecretaria demanda um esforço de harmonização de políticas, planos e ações dos diversos atores, federais, estaduais, municipais e privados, ao buscar a maior integração do porto com a área urbana, propicia a redução das externalidades negativas recíprocas, tanto as provenientes da operação portuária quanto as das áreas urbanas lindeiras ao porto.

Quando adotada a expressão “harmonização de políticas”, reflete-se uma proposta de trabalho que consiste em ouvir sempre os diversos segmentos e instâncias envolvidas, em negociar avanços, em ajustar práticas, de forma que o resultado expresso na política e nas ações dela decorrentes seja o retrato do maior número de proposições acordadas num mesmo instrumento.

A) PROGRAMA NACIONAL DE DRAGAGEM – PND

Estão contemplados no Programa Nacional de Dragagem 17 portos marítimos, onde a SEP/PR tem promovido a realização de serviços de dragagem de aprofundamento ou alargamento de suas vias de acesso aquaviário (canal de acesso e a bacia de evolução), com base na Lei n.º 11.610/2007. Os 17 portos contemplados neste momento são: Fortaleza, Natal, Cabedelo, Recife, Suape, Salvador, Aratu, Rio de Janeiro, Itaguaí, Angra dos Reis, Vitória, Santos, Paranaguá, São Francisco do Sul, Imbituba, Itajaí e Rio Grande.

² Art. 5º do Decreto Presidencial n.º 6.116, de 22/05/2007.

O PND prevê um volume a ser dragado da ordem de 80 milhões de m³, até 2011, além da execução de cerca de 550 mil m³ de derrocamento subaquático, o que proporcionará a esses portos condições de recepção de embarcações de grande porte e calado, operando com segurança e favorecendo, assim, o comércio externo pelo aumento de produtividade dos portos e pela redução de fretes e seguros das atividades portuárias e de navegação, alavancando as condições de competitividade do País no mercado internacional.

No âmbito deste programa, em 2009, foram contratadas obras para os seguintes portos: Rio Grande/RS, Santos/SP, Aratú/BA, Salvador/BA, Rio de Janeiro/RJ, Natal/RN, Angra dos Reis/RJ, Itajaí/RJ e Suape (ilha de Tatuoca)/PE.

B) MONITORAMENTO AMBIENTAL

Relativamente ao meio ambiente, no ano de 2009, foram contratados os programas básicos ambientais (PBA's) e os gerenciamentos ambientais das ações necessárias aos licenciamentos ambientais para as obras de Dragagem nos portos de Aratu e Salvador; foi conveniado com a Cia. Docas do Ceará, o monitoramento ambiental para a obra de dragagem do Porto do Mucuripe, em Fortaleza; contratou-se o monitoramento ambiental para obra de Dragagem do Porto de Natal; foi obtida a licença de instalação no Porto de Santos e obtida a viabilidade ambiental ao Porto de São Francisco do Sul; contratou-se o gerenciamento ambiental do Porto de Vitória; e, realizou-se a contratação do estudo técnico-científico de dragagens e fontes de contaminação das regiões portuárias brasileiras, para geração de um banco de dados com o objetivo de subsidiar a discussão para alteração da resolução Conama 344/2004.

Com o objetivo de dar conformidade ambiental (licença de operação) aos portos, a SEP/PR celebrou Termo de Cooperação Técnica com a Universidade Federal de Santa Catarina com o intuito de implementar o “Programa Nacional de Regularização Ambiental Portuária”.

Em cumprimento à determinação do Plano Brasileiro de Contingência da Pandemia de Influenza (Decreto Presidencial de 24/10/2005), foram executados créditos extraordinários para as seguintes ações: (i) desenvolvimento da versão 3.0 do Sistema Computacional de Acompanhamento do Plano de Contingência de Influenza nos Portos, incluindo o desenvolvimento de novas funcionalidades, o apoio técnico para instalação e implementação da nova versão 3.0 do sistema e a capacitação de agentes portuários para operacionalização do sistema em 12 portos brasileiros e na sede da SEP/PR, a ser realizado pelo Centro de Análises de Sistemas Navais da Marinha do Brasil – CASNAV, por meio de Termo de Cooperação Técnico-Científica e Financeira; (ii) instalação de Sala de Situação na sede da SEP/PR que permitirá o desenvolvimento coordenado de padrões para a interconexão de sistemas para troca de informações com os portos, a SEP e demais Órgãos componentes do Grupo Executivo Interministerial; (iii) aquisição de 22 autoclaves e instalação em 10 portos; e (iv) implantação de unidade de esterilização de resíduos sólidos no porto de São Francisco do Sul e Recife.

C) PORTO SEM PAPEL

Durante o ano de 2009, foi desenvolvida a fase inicial de um projeto para a gestão portuária integrada denominado PORTO SEM PAPEL, constituído da implementação de uma JANELA ÚNICA PORTUÁRIA, que objetiva integrar as ações dos órgãos fiscalizadores e reduzir o tempo de espera para desembarques portuários, bem como otimizar as atividades

portuárias. A implantação do sistema busca a racionalização e a padronização de procedimentos, tendo por efeito positivo a otimização dos processos da cadeia logística nas operações de comércio exterior e cabotagem. Os principais resultados do projeto serão a redução do tempo total de estadia dos navios nos portos, e com conseqüente maior disponibilidade de cais para receber maior número de navios em operações de carga e descarga, a redução dos custos decorrentes, além de facilitar o permanente acompanhamento estatístico das informações portuárias, sem prejuízo dos controles governamentais com vistas à defesa dos interesses nacionais. O projeto PORTO SEM PAPEL inclui a RECEITA FEDERAL, POLÍCIA FEDERAL, ANVISA, VIGIAGRO e MARINHA DO BRASIL, entre outros órgãos intervenientes no processo portuário brasileiro, bem como as inúmeras instituições, associações, confederações, federações e empresas privadas envolvidas no processo portuário brasileiro.

D) PLANO NACIONAL DE LOGÍSTICA PORTUÁRIA – PNL

O Plano Nacional de Logística Portuária – PNL constitui-se em um instrumento de planejamento do sistema portuário para os horizontes de curto, médio e longo prazo com projeção da vocação dos principais portos públicos, demandas dos serviços de cabotagem e alinhamento dos instrumentos jurídicos ao paradigma de desenvolvimento portuário do cenário mundial.

No exercício de 2009, foi elaborada a metodologia que contempla a análise do desempenho atual do setor portuário, o diagnóstico das barreiras infraestruturais e de gestão, e a definição do planejamento estratégico com as alternativas de ações governamentais para o seu desenvolvimento sustentável. Para implantação do plano, espera-se firmar uma cooperação entre a SEP e uma instituição federal com a devida capacidade técnica e tecnológica para o desenvolvimento do projeto.

3.2 - SUBSECRETARIA DE PORTOS

A Subsecretaria de Portos como parte de suas atribuições tem realizados ações com vistas a criar, ampliar, modernizar e recuperar as instalações portuárias dos portos organizados, bem como promover a modernização e agilização da gestão das Companhias Docas.

Para realização de suas ações, a Subsecretaria de Portos, no exercício de 2009, foi a responsável pela transferência de recursos federais na ordem de R\$ 500 milhões, dos quais R\$ 230 milhões destinaram-se ao aumento de capital das Companhias Docas vinculadas e R\$ 223 milhões para a aplicação nas obras e serviços conveniados com Companhias Docas, Estados e Municípios, dentre os quais destacam-se:

- a recuperação emergencial do Porto de Itajaí/SC, após o grave incidente natural das chuvas ocorrido no final do ano de 2008;
- a recuperação dos molhes e a dragagem no Porto de Rio Grande/RS, em fase final de execução;
- a construção e recuperação de berços no Porto de Itaqui/MA;
- a conclusão das obras e serviços de dragagem no Porto de Itaguaí/RJ; e

- a conclusão da rampa *roll-on, roll-off* no Porto de Vila do Conde/PA.

Outras ações de natureza não orçamentária foram desenvolvidas ao longo do exercício de 2009, com a continuidade de programas de incentivo à melhoria das condições gerenciais, operacionais e logísticas portuárias, as quais citamos:

- Programa de Gestão Portuária por Resultado nas Companhias Docas;
- Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento de Infraestrutura–REIDI; e
- Regime Tributário para Incentivo à Modernização e à Ampliação da Estrutura Portuária-REPORTO.

A) GESTÃO DAS CIAS DOCAS

A Subsecretaria de Portos implementa ações junto às Companhias Docas, objetivando³:

I) subsidiar a elaboração da proposição orçamentária e do plano plurianual de investimentos;

II) acompanhar, avaliar e controlar a execução dos programas, obras e ações; e

III) implementar a execução dos projetos e programas de investimentos portuários, bem como compatibilizá-los com os demais programas de governo.

A SEP/PR tem implementado medidas estruturantes, trabalhando junto às Companhias Docas, fortalecendo o modelo brasileiro de concessão dos portos organizados, regulamentado pelo Decreto n.º 6.620 de 29 de outubro de 2008, onde o governo responde pela infra-estrutura e a iniciativa privada investe em equipamentos, instalações e operação.

As Companhias Docas vinculadas à SEP/PR são: Companhia Docas do Pará - CDP, Companhia Docas do Ceará - CDC, Companhia Docas do Rio Grande do Norte - CODERN, Companhia das Docas da Bahia - CODEBA, Companhia Docas do Espírito Santo - CODESA, Cia. Docas do Rio de Janeiro - CDRJ e Companhia Docas do Estado de São Paulo - CODESP.

A.1 - AÇÕES RELATIVAS AO PAC

Dentre as ações desenvolvidas no exercício de 2009 pela Subsecretaria de Portos salienta-se o acompanhamento e a transferência de recursos, via Participação da União no Capital das Cia Docas, para realização de obras de recuperação e de melhoramentos nos portos administrados pelas Companhias Docas. No Programa de Aceleração do Crescimento - PAC estão incluídas as seguintes ações:

- Implantação da Avenida Perimetral Portuária no município de Santos, margem direita, com 6,2 km de extensão, no Porto de Santos;

³ Art. 8º do Decreto Presidencial n.º 6.116, de 22/05/2007.

- Dragagem do canal de acesso e bacia de evolução de uma profundidade de 17m para 20m (fase 1), do Porto de Itaguaí/RJ, com obra concluída em maio de 2009;
- Ampliação da Plataforma de Armazenamento e do Cais de Barcaças, aumento da capacidade do Sistema Transportador e Instalação de Descarregador de Barcaças no Porto de Areia Branca;
- Obra de construção da Rampa Roll-on Roll-off no Porto de Vila do Conde/PA, que foi concluída em outubro de 2009.
- Recuperação, Alargamento e Ampliação do Cais Comercial do Porto de Vitória / ES; e
- Ampliação do Pier Principal com dois Berços de Atracação, Alargamento do Berço 302 e Duplicação da Ponte de Acesso ao Pier no Porto de Vila do Conde.

A.2 - DEMAIS AÇÕES

Foram executadas obras suplementares nos portos organizados com investimentos em ações de instalação de sistemas de defensas, recuperação de berços e do pavimento de áreas internas, modernização da sinalização náutica e terrestre, melhoramentos na infra-estrutura portuária como em sistemas elétricos e hidráulicos além de estudos e projetos para racionalização da operação portuária e proteção ao meio ambiente.

Durante o exercício de 2009, a Subsecretaria de Portos realizou atividades ligadas à consolidação e elaboração do orçamento de investimentos das Companhias Docas para o exercício de 2010. Some-se a isso a análise, consolidação, reprogramação e remanejamento do Programa de Dispêndios Globais – PDG daquelas empresas estatais.

B) GESTÃO DOS PORTOS DELEGADOS, CONCEDIDOS E ADMINISTRAÇÃO DIRETA

Visando promover uma constante melhoria na execução dos contratos e convênios e, conseqüentemente, o desempenho operacional dos portos, a Subsecretaria de Portos vem atuando junto aos portos delegados, concedidos e autorizados, desenvolvendo ações de articulação institucional no sentido de eliminar eventuais gargalos à adequada execução das obras e serviços.

No ano de 2009, a Subsecretaria de Portos realizou a implementação de obras em diversos Portos Organizados com recursos do Tesouro, tanto por meio da gestão direta quanto por meio de transferências voluntárias e destaques orçamentários, com enfoque para as ações integrantes do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC.

B.1 - AÇÕES RELATIVAS AO PAC

As ações constantes do PAC vinculadas aos Portos Delegados ou Concedidos referem-se, especialmente, à recuperação, modernização e construção de instalações novas, conforme listadas a seguir:

- Recuperação dos berços 101 e 102 do Porto do Itaqui/MA, para restabelecer as condições operacionais adequadas;
- Recuperação do berço 201 do Porto de São Francisco do Sul/SC, realinhamento do berço permitindo ampliar a capacidade de movimentação de carga geral e contêineres;

- Reforço do berço 101 do Porto de São Francisco do Sul/SC, aumentando a capacidade de suporte de carga da plataforma do cais possibilitando instalar equipamentos modernos para a movimentação de contêineres;
- Execução das obras de retomada da construção do cais de 200 metros no Porto de Luis Correia/PI, com investimento total estimado em R\$ 64 milhões, dos quais foram assegurados no exercício de 2009 o valor de R\$ 14 milhões.
- Construção do Berço 100 do Porto do Itaqui/MA, possibilitando operação com contêineres e carga geral e reduzindo o tempo de espera dos navios que demandam ao porto;
- Construção do Cais para Contêineres do Porto de Maceió/AL, 3ª Fase, dotando o porto de um cais específico para um terminal de contêineres; e
- Prolongamento dos molhes do Porto de Rio Grande/RS, possibilitando realizar dragagem de aprofundamento do canal de acesso do Porto.

B.2 - DEMAIS AÇÕES

Dentre as demais ações, executadas pela Subsecretaria de Portos, destacam-se as relacionadas abaixo:

- Execução das Obras e Serviços de Recuperação Emergencial do Molhe de Abrigo do Porto de Imbituba/SC (entre as seções 8 a 36 e 67 a 87);
- Elaboração de projeto para recuperação do molhe leste (trecho antigo) do Porto de Rio Grande/RS;
- Execução da Macrodrenagem – 2ª. Etapa do Porto de São Francisco do Sul/SC;
- Execução das obras de reconstrução, em caráter emergencial, de dois Berços de atracação do Porto de Itajaí/SC, com vistas a restaurar as condições existentes antes da ocorrência das fortes chuvas que assolaram a região no mês de novembro de 2008;
- Execução das obras de reconstrução, em caráter emergencial, da Retroárea do Porto de Itajaí/SC, com vistas a restaurar as condições existentes antes da ocorrência das fortes chuvas que assolaram a região no mês de novembro de 2008;
- Execução dos serviços de dragagem de manutenção, em caráter emergencial, nos Acessos Aquaviários ao Porto de Itajaí/SC, com vistas a restaurar as condições de navegabilidade existentes antes da ocorrência das fortes chuvas que assolaram a região no mês de novembro de 2008; e
- Construção do Cais 5, do acesso rodoferroviário à Ilha de Tatuoca/Cocaia e dragagem do canal de acesso e da bacia de evolução no Porto Suape/PE, para atender o estaleiro e futuros terminais de granéis sólidos.

C) AÇÕES DE NATUREZA NÃO ORÇAMENTÁRIA

No exercício de 2009, foram desenvolvidos diversos programas, de natureza não orçamentária, dentre os quais destacam-se:

C.1 - PROGRAMA DE GESTÃO POR RESULTADOS

O Programa de Gestão por Resultados é um modelo em que o Setor Público passa a adotar uma postura empreendedora, voltada para o cidadão como cliente e buscando padrões ótimos de eficiência, eficácia e efetividade, com ética e transparência.

A Subsecretaria de Portos atuou no desenvolvimento da Política da Gestão Portuária por Resultados, conforme estabelecido na Portaria n.º 214 de 11/09/2008, e em observância ao Decreto Presidencial n.º 4.613 de 25/03/2008, que determinou a implantação da Gestão Portuária Por Resultado – GPPR nas Companhias Docas vinculadas à SEP/PR, bem como à coordenação geral deste Programa.

Dessa forma, visando à continuidade do trabalho acima citado foram realizadas as seguintes atividades:

- Implantação da Gestão Portuária por Resultados entre as Companhias Docas vinculadas à SEP;
- Definição de um subconjunto de Indicadores de Desempenho, dentre os definidos na Portaria 214, de forma a estabelecer metas para o exercício de 2010;
- Ampliação da implantação nas Companhias Docas vinculadas à SEP de uma interface web de remessa de Indicadores de Desempenho definidos na Portaria SEP n.º 214 de 11/09/2008, a partir de programa desenvolvido pela Companhia Docas do Estado de São Paulo (CODESP), inclusão da Companhia Docas do Rio Grande do Norte (CODERN), da Companhia Docas do Rio de Janeiro (CDRJ) e início da implantação na Companhia Docas do Ceará (CDC);
- Aprovação pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e COFIEX de doação de US\$ 1,0 milhão do Banco Interamericano de Desenvolvimento para a implantação da Gestão Portuária por Resultados na Companhia Docas do Rio Grande do Norte (CODERN);
- Inclusão de Proposta de Consultoria pelo SENAI- Departamento de Santa Catarina, no Portal de Convênios, para dar apoio à implantação da Gestão Portuária por Resultados;
- Análise de Proposta da Fundação Getúlio Vargas, visando instrumentalizar a SEP na implantação da Gestão Portuária por Resultados;
- Realização de reuniões mensais, em Brasília, com os representantes do Comitê de Gestão Portuária por Resultados das Companhias Docas vinculadas à SEP, para acompanhamento da implantação;
- Estímulo à implantação de Políticas de Remuneração Variável nas Companhias Docas vinculadas à SEP;
- Estímulo à reestruturação empresarial das Companhias Docas vinculadas à SEP com elaboração do Planejamento Estratégico;
- Análise das Propostas de Plano Geral de Outorga (PGO) apresentado pela Agência Nacional de Transportes Aquaviários (ANTAQ), para aprovação pela SEP;
- Análise das Propostas de Atos Normativos por parte da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (ANTAQ), em relação à Norma de Arrendamento;

- Análise das Propostas de Atos Normativos por parte da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (ANTAQ), em relação à Norma de Terminais Privativos;
- Continuação do acompanhamento das discussões em torno da implantação do Porto Sul, do Estado da Bahia;
- Continuação das gestões para a implantação do Porto Novo de Manaus na área da antiga Siderúrgica do Estado do Amazonas (SIDERAMA);
- Contatos com Investidores para verificar interesse na implantação do Porto Novo de Manaus visando elaboração de Chamada de Interessados;
- Elaboração de Termo de Referência para a contratação de um novo modelo tarifário para as Companhias Docas vinculadas à SEP; e
- Continuação das ações junto à SNPH - Sociedade de Navegação Portos e Hidrovias do Estado do Amazonas para subsidiar a Subsecretaria de Planejamento e Desenvolvimento Portuário na implantação de projetos visando a Copa 2014.

C.2 - REGIME ESPECIAL DE INCENTIVOS PARA O DESENVOLVIMENTO DE INFRAESTRUTURA – REIDI

A Subsecretaria de Portos é responsável pela análise de solicitações e posterior habilitação de empresas no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura – REIDI, que visa à suspensão de incidência de impostos sobre pessoas jurídicas no caso de construção de infraestrutura portuária, de acordo com a Lei n.º 11.488/07 e com os Decretos n.ºs 6144 e 6167/07 e n.º 6416/08.

No exercício de 2009, 12 (doze) novas empresas habilitadas no REIDI investiram cerca de R\$ 10,8 bilhões em infraestrutura portuária e obtiveram economia fiscal na ordem de R\$ 970 milhões.

C.3 - REGIME TRIBUTÁRIO PARA INCENTIVO À MODERNIZAÇÃO E À AMPLIAÇÃO DA ESTRUTURA PORTUÁRIA – REPORTO

O REPORTO é um Regime tributário diferenciado que cria uma suspensão tributária (que se converte em isenção após 5 anos) para máquinas e equipamentos que venham a ser adquiridos para uso em instalações portuárias. Foi instituído pela Lei n.º 11.033, de 21 de dezembro de 2004.

A Subsecretaria de Portos fez uma análise do Decreto n.º 6.582, de 26/09/2008, onde já existem diversas máquinas, equipamentos e bens enquadrados no REPORTO, e verificou que diversos itens de interesse portuário já existem, como por exemplo empilhadeiras, tratores rodoviários, semibreques etc. Entretanto, existem alguns outros bens que devam ser aditados à relação já existente, para atender a programas que estão sendo implementados e/ou planejados pela SEP/PR.

Em 2009, em complemento ao Decreto n.º 6.582, de 26 de setembro de 2008, foi encaminhado ao Secretário-Executivo Substituto da Câmara de Comércio Exterior do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, nova listagem de bens, máquinas e equipamentos que devem ser enquadrados no Regime Tributário para Incentivos à Modernização e à Ampliação da Estrutura Portuária – REPORTO, dentre os quais constam:

- Programa Centro de Estudos Portuários – CENEP: Aquisição de simuladores de tráfego, de simuladores de portainers e outros correlatos;

- Programa Implantação de ISPS CODE: Aquisição de equipamentos e Sistemas VTS (Vessel Tracking System);
- Programa Sinalização náutica e terrestre: Aquisição de equipamentos de sinalização, inclusive elétricos;
- Programa Infra-Estrutura Portuária: Aquisição de equipamentos mecânicos e eletromecânicos;
- Programa: Navegação Portuária: Aquisição de embarcações de uso específico em áreas portuárias; e
- Programa Nacional de Dragagem (PND): Aquisição de equipamentos e instrumentos de navegação e medição.

C.4 - DESENVOLVIMENTO DO PROGRAMA DE INCENTIVO A CABOTAGEM

O objetivo principal do Projeto de Incentivo à Cabotagem – PIC, desenvolvido pela Subsecretaria de Portos, é analisar os entraves da situação atual e modelar uma solução para viabilizar a implantação de linhas de cabotagem transportando contêineres interligando estes portos. Na alternativa apresentada é proposto um modelo de integração virtual, no qual as próprias comunidades portuárias viabilizam uma solução de transporte porta-a-porta via cabotagem, através de um modelo de arranjo produtivo colaborativo, apoiada em tecnologias baseadas na WEB. As comunidades portuárias locais seriam organizadas em consórcios logísticos, que assumiriam a responsabilidade pela prestação dos serviços porta-a-porta.

A modelagem inicial da solução, apresentada no Seminário de Logística da SEP/PR, realizado em Fortaleza, em novembro de 2009, prevê a escolha de um par de portos, sendo um no Nordeste e outro no Sudeste, como pilotos para a implantação do modelo.

4 – EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

A SEP executa as suas ações na função Transporte (26), com destaque para a Subfunção Transporte Hidroviário (784), onde estão alocadas as ações de maior importância ao desenvolvimento dos portos marítimos brasileiros. No âmbito da função governamental Transporte, a SEP/PR vem gerenciando e executando, desde 2007, o segmento de obras e intervenções portuárias, por meio de execução direta, convênios e termos de compromissos, bem como a Participação da União no aumento de Capital no orçamento das Companhias Docas.

Em 2009, a execução da SEP/PR apresentou o montante de R\$ 1,7 bilhões, sendo R\$ 1,5 bilhões no Orçamento Fiscal e da Seguridade Social – OFSS e R\$ 186 milhões no Orçamento de Investimento das Estatais – OI, conforme quadro a seguir:

Quadro - Valores Executados

	EMPENHADO			
	2007	2008	2009	TOTAL
OI	106.178.397	178.028.497	186.901.686	471.108.580
OFSS	601.485.893	642.038.216	1.547.832.776	2.791.356.885
TOTAL	707.664.290	820.066.713	1.734.734.462	3.262.465.465

Fonte: Siafi Gerencial, Dest

Observa-se que, em 2009, houve um crescimento relevante na função Transporte em relação aos exercícios anteriores, fato que ocorreu, principalmente, devido à contratação de obras do Plano Nacional de Dragagens e implantação de obras de infraestrutura previstas no PAC.

Entre as subfunções típicas da função Transporte, executadas pela SEP/PR, conforme quadro a seguir, a subfunção “Transporte Hidroviário” destaca-se com maior execução orçamentária em relação às demais subfunções a partir de 2007.

Quadro - Valores Empenhados por Subfunção

SUBFUNÇÃO	EMPENHADO		
	2007	2008	2009
121 PLANEJAMENTO E ORCAMENTO	7.282.500	1.888.588	13.306.447
122 ADMINISTRACAO GERAL	9.637.527	7.416.088	15.334.318
782 TRANSPORTE RODOVIARIO	19.276.031		19.668.858
784 TRANSPORTE HIDROVIARIO	292.702.955	412.015.700	1.485.484.781
846 OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS	272.586.880	220.700.000	11.005.781
TOTAL	601.485.893	642.020.375	1.544.800.185

Fonte: Siafi Gerencial

Identificação da Unidade Orçamentária

Denominação das Unidades Orçamentárias	Código da UO	Cód. SIAFI da UGO
Secretaria Especial de Portos	20128	110309

Programação das Despesas Correntes

Origem dos Créditos Orçamentários		1 – Pessoal e Encargos Sociais		2 – Juros e Encargos da Dívida		3- Outras Despesas Correntes		
		Exercícios						
		2008	2009	2008	2009	2008	2009	
LOA	Dotação proposta pela UO	--	--	--	--	--	--	
	PLOA	--	11.092.633,00	--	--	--	23.495.448,00	
	LOA	9.993.542	11.092.633,00	--	--	22.986.188,00	20.291.908,00	
CRÉDITOS	Suplementares		--	--	--	--	8.000.000,00	1.296.460,00
	Especiais	Abertos	--	--	--	--	--	54.501.688,00
		Reabertos	--	--	--	--	--	--
	Extraordinários	Abertos	--	--	--	--	--	793.000,00
		Reabertos	--	--	--	--	--	--
	Créditos Cancelados		--	--	--	--	--	--
Outras Operações		--	--	--	--	--	--	

Programação das Despesas de Capital

Origem dos Créditos Orçamentários		4 – Investimentos		5 – Inversões Financeiras		6- Outras Despesas de Capital		
		Exercícios						
		2008	2009	2008	2009	2008	2009	
LOA	Dotação proposta pela UO	--	--	--	--	--	--	
	PLOA	--	612.641.530	--	102.243.470	--	--	
	LOA	472.817.729	674.641.530	291.060.001	102.243.470	--	--	
CRÉDITOS	Suplementares		244.468.081,00	28.600.000,00	120.000.000,00	371.405.781	--	--
	Especiais	Abertos	54.116.781,00	838.878.530,00	20.000.000,00	94.000.000,00	--	--
		Reabertos	--	11.005.781,00	--	20.000.000,00	--	--
	Extraordinários	Abertos	350.000,00	--	--	--	--	--
		Reabertos	--	--	--	--	--	--
	Créditos Cancelados		127.038.717,00	680.384.311,00	103.560.001,00	5.500.000,00	--	--
Outras Operações		--	--	--	--	--	--	

Resumo da Programação das Despesas e Reserva de Contingência

Origem dos Créditos Orçamentários		Despesas Correntes		Despesas de Capital		9 – Reserva de Contingência		
		Exercícios						
		2008	2009	2008	2009	2008	2009	
LOA	Dotação proposta pela UO	--	--	--	--	--	--	
	PLOA	--	34.588.081	--	714.885.000	--	--	
	LOA	32.979.730	31.384.541	--	776.885.000	--	--	
CRÉDITOS	Suplementares		8.000.000	1.296.460	364.468.001	400.005.781	--	--
	Especiais	Abertos	--	54.501.668	74.116.781	932.878.530	--	--
		Reabertos	--	--	--	31.005.781	--	--
	Extraordinários	Abertos	--	793.000	350.000	--	--	--
		Reabertos	--	--	--	--	--	--
	Créditos Cancelados		--	4.996.460	230.598.718	685.884.311	--	--
Outras Operações		--	--	--	--	--	--	

Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa

Despesas Correntes						
Natureza da Movimentação de Crédito		UG concedente ou recebedora	Classificação da ação	1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes
Interna	Concedidos	--	--	--	--	--
	Recebidos	--	--	--	--	--
Externa	Concedidos	153038	20B9	--	--	3.536.060,98
		153163	20B9	--	--	344.667,61
		160067	2000	--	--	700.000,00
		160067	8785	--	--	9.120.509,03
		723000	20BA	--	--	292.066,70
	Recebidos	--	--	--	--	--
Despesas de Capital						
Natureza da Movimentação de Crédito		UG concedente ou recebedora	Classificação da ação	4 - Investimentos	5- Inversões Financeiras	6 – Outras Despesas de Capital
Interna	Concedidos	--	--	--	--	--
	Recebidos	--	--	--	--	--
Externa	Concedidos	160067	10NQ	9.602,00	--	--
		160447	10NQ	4.766.276,41	--	--
	Recebidos	--	--	--	--	--

Despesas por Modalidade de Contratação

Modalidade de Contratação	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada	
	Exercícios			
	2008	2009	2008	2009
Licitação	3.724.340,49	8.929.756,91	--	--
Convite	--	--	--	--
Tomada de Preços	--	--	--	--
Concorrência	--	--	--	--
Pregão	--	3.464.397,40	--	--
Concurso	--	--	--	--
Consulta	--	--	--	--
Registro de Preço	3.724.340,49	5.465.359,51	--	--
Contratações Diretas	1.569.929,40	796.248,70	--	--
Dispensa	1.069.929,40	677.283,90	--	--
Inexigibilidade	500.000,00	118.964,80	--	--
Regime de Execução Especial	--	--	--	--
Suprimento de Fundos	--	--	--	--
Pagamento de Pessoal	2.529.000,00	3.929.756,64	1.942.797,55	2.530.631,18
Pagamento em Folha	NA	NA	NA	NA
Diárias	2.529.000,00	3.929.756,64	1.942.797,55	2.530.631,18
Outros	--	--	--	--

Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	Exercícios							
	2008	2009	2008	2009	2008	2009	2008	2009
1 – Despesas de Pessoal	-	6.757.577,62	-	6.757.577,62	-	-	-	6.754.852,41
Vencimentos e Vantagens Fixas – P. Civil	-	5.905.772,21	-	5.905.772,21	-	-	-	5.905.772,21
Obrigações Patronais	-	620.551,76	-	620.551,76	-	-	-	617.826,55
Despesas de Exercícios Anteriores	-	196.013,13	-	196.013,13	-	-	-	196.013,13
Demais elementos do grupo	-	35.240,52	-	35.240,52	-	-	-	35.240,52
2 – Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-	-	-
1º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
2º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
3º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
Demais elementos do grupo	-	-	-	-	-	-	-	-
3- Outras Despesas Correntes	13.925.653,97	34.748.826,49	6.854.185,04	13.939.076,23	7.071.468,93	20.809.750,26	6.620.279,43	11.453.683,70
Outros Serviços de Terceiros – P. Jurídica	9.542.360,33	31.064.032,26	3.862.202,90	11.405.642,01	5.680.157,43	19.658.390,25	3.637.081,78	8.948.413,12
Passagens e Despesas com Locomoção	1.614.050,26	1.439.687,27	861.533,99	1.048.598,71	752.516,27	391.088,56	854.486,97	1.048.598,71
Contratação por Tempo Determinado	-	630.000,00	-	65.983,83	-	564.016,17	-	65.983,83
Demais elementos do grupo	2.769.243,38	1.615.106,96	2.130.448,15	1.418.851,68	638.795,23	196.255,28	2.128.710,68	1.390.688,04

Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	Exercícios							
	2008	2009	2008	2009	2008	2009	2008	2009
4 – Investimentos	453.007.175,51	948.782.358,88	168.344.969,16	251.897.489,02	284.662.206,35	696.884.869,86	165.001.730,33	251.850.219,88
Obras e Instalações	424.716.299,93	926.656.314,53	167.158.569,44	249.372.595,34	257.557.730,49	677.283.719,19	163.815.330,61	249.372.595,34
Outros Serv. Terceiros	5.117.188,40	17.768.721,45	42.025,65	1.789.065,28	5.075.162,75	15.979.656,17	42.025,65	1.789.065,28
Equip. Mat. Permanente	2.767.013,37	3.296.613,34	505.527,85	607.288,54	2.261.485,52	2.689.324,80	505.527,85	560.019,40
Demais elementos do grupo	20.406.673,81	1.060.709,56	638.846,22	128.539,86	19.767.827,59	932.196,70	638.846,22	128.539,86
5 - Inversões Financeiras	220.700.000,00	576.313.196,00	145.691.395,07	230.220.437,72	75.008.604,93	346.092.758,28	145.691.395,07	230.220.437,72
Constit. Aum. Capital de Empresas	220.700.000,00	576.313.196,00	145.691.395,07	230.220.437,72	75.008.604,93	346.092.758,28	145.691.395,07	230.220.437,72
2º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
3º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
Demais elementos do grupo	-	-	-	-	-	-	-	-
6 - Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-	-	-
1º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
2º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
3º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
Demais elementos do grupo	-	-	-	-	-	-	-	-

Demonstrativo da Execução Orçamentária por Programa de Governo

Identificação do Programa de Governo					
Código no PPA: 1470		Denominação: Gestão da Política Portuária			
Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos
Inicial	Final				
70.125.000,00	70.125.000,00	29.663.623,28	8.860.857,95	3.155.588,04	6.457.033,63

Execução Física das ações realizadas

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo de Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista	Meta Realizada	Meta a ser realizada em 2010
26	784	1470	20BA	A			3.947.000	7,40%	
26	784	1470	20B9	P		Estudo realizado/ Unidade	10	20%	
26	784	1470	127W	P		Estudo realizado/ Unidade	10	0	
26	784	1470	2C00	P		Estudo realizado/ Unidade	1	0	
26	784	1470	122X	P		Sistema implantado/ % de execução física	66	0	
26	784	1470	114G	P		Dragagem realizada/ mil m ³	0	0	
26	784	1470	4572	A		Servidor capacitado/ unidade	80	5%	
26	122	1470	8785	A			10.000.000	46,62%	

Composição do Quadro de Recursos Humanos – Situação em 31/12/2009

Composição do Quadro de Recursos Humanos			
Situação apurada em 31/12/2009			
Regime do Ocupante do Cargo	Lotação Efetiva	Lotação Autorizada	Lotação Ideal
Estatutários	Σ	Σ	Σ
Próprios	3	--	--
Requisitados	35	--	293
Celetistas	32		
Cargos de livre provimento	Σ	Σ	Σ
Estatutários	37	NA	NA
Não Estatutários	--	NA	NA
Terceirizados	NA	NA	NA
Total	NA	NA	NA

Composição e custos de Recursos Humanos nos exercícios de 2007, 2008 e 2009

QUADRO PRÓPRIO								
TIPOLOGIA	Qtd.	Vencimentos e vantagens fixas	Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações		
Estatutários (inclusive os cedidos, com ônus)								
2007	1	13.943,35	NA	NA	NA	NA		
2008	3	48.328,00	NA	NA	NA	NA		
2009	3	81.997,00	NA	NA	NA	NA		
Celetistas (inclusive os cedidos, com ônus)								
2007			NA	NA	NA	NA		
2008			NA	NA	NA	NA		
2009	4	15.997,00	NA	NA	NA	NA		
Cargo de Provimento em Comissão ou de Natureza Especial (sem vínculo)								
2007	34	783.242,38	NA	NA	NA	NA		
2008	53	2.108.839,00	NA	NA	NA	NA		
2009	53	2.141.442,00	NA	NA	NA	NA		
Requisitados com ônus para a UJ								
2007	17	245.995,80	NA	NA	NA	NA		
2008	28	797.148,00	NA	NA	NA	NA		
2009	31	995.957,00	NA	NA	NA	NA		
Requisitados sem ônus para a UJ								
2007	32	418.703,30	NA	NA	NA	NA		
2008	45	1.267.774,00	NA	NA	NA	NA		
2009	43	1.459.388,00	NA	NA	NA	NA		
QUADRO TERCEIRIZADO								
Finalidade	Conservação e Vigilância		Apoio Administrativo		Atividades de Área-fim		Estagiários	
	Qtd.	Custo	Qtd.	Custo	Qtd.	Custo	Qtd.	Custo
2007	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA
2008	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA
2009	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA

Pagamento de Restos a Pagar – Exercício de 2009

Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	Inscritos	Cancelados	Pagos	A Pagar
2008				
2007				
Restos a Pagar não Processados				
Ano de Inscrição	Inscritos	Cancelados	Pagos	A Pagar
2008	325.669.683,36	--	279.262.914,87	46.406.768,49
2007	73.214.745,12	--	35.669.804,57	37.544.940,55
OBS: Decretos n.ºs 6.007 de 29/12/06, 6.331 de 28/12/07, 6.492 de 27/6/08, 6.625 de 31/10/08, 7.057 de 29/12/09				

Declaração do Contador

DECLARAÇÃO DO CONTADOR			
DECLARAÇÃO PLENA			
Denominação completa (UJ):		Código da UG:	
Secretaria Especial de Portos – SEP/PR		110309/110323	
<p>Declaro que os demonstrativos contábeis, referentes ao exercício de 2009, constantes do Sistema Siafi (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais, previstos na Lei n.º 4.320, de 17 de março de 1964), refletem a adequada situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão.</p> <p>Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.</p>			
Local	Brasília, DF	Data	01/03/2010
Contador Responsável	Rosaura Conceição Haddad	CRC n.º	DF 9686

Quadro de Detalhamento de Transferências

Nº	TIPO	CONVENENTE		VALOR PACTUADO	CONTRAPARTIDA PACTUADA	REPASSE		VIGÊNCIA		SITUAÇÃO
		RAZÃO SOC.	CNPJ			ATÉ O EXERC	NO EXERC.	INÍCIO	FIM	
1	Conv. 001/08-00	Companhia Docas do Rio Grande do Norte	34.040.345/0001-90	47.278.084,36	0,00	28.055.292,21	17.812.455,85	01/09/08	31/05/10	Adimplente
2	Conv. 268/06-00	Companhia Docas do Rio Grande do Norte	34.040.345/0001-90	20.438.375,37	0,00	20.438.375,37	0,00	29/12/06	03/12/08	Adimplente
3	Conv. 001/07*	Empresa Maranhense de Administração Port.	03.650.060/0001-48	49.014.974,16	5.446.108,24	0,00	49.014.974,16	24/12/07	31/05/10	Adimplente
4	Conv. 173/2003-00	Empresa Maranhense de Administração Port.	03.650.060/0001-48	180.814.940,00	20.090.548,35	152.909.415,00	110.490.723,29	12/12/03	28/02/12	Adimplente
5	Conv. 008/00	Superintendência do Porto do Itajaí	00.662.091/0001-20	41.000.480,87	13.125.833,83	41.000.480,87	0,00	29/06/00	31/03/10	Adimplente
6	Conv. 008/95	Pernambuco Governo do Estado	10.571.982/0001-25	420.116.261,97	46.597.163,12	388.157.908,17	43.111.000,00	20/11/95	31/12/10	Adimplente
7	Conv. 279/06-00*	Suape Complexo Industrial Portuário Governador	11.448.933/0001-62	73.500.000,00	9.269.001,84	73.500.000,00	0,00	29/12/06	30/04/10	Adimplente
8	Conv. 011/95*	Ceará Governo do Estado	07.954.480/0001-79	628.564.230,00	62.856.420,00	317.598.000,00	0,00	22/12/95	31/07/08	Adimplente

RELATÓRIO DE GESTÃO – EXERCÍCIO 2009

Nº	TIPO	CONVENENTE		VALOR PACTUADO	CONTRAPARTIDA PACTUADA	REPASSE		VIGÊNCIA		SITUAÇÃO
		RAZÃO SOC.	CNPJ			ATÉ O EXERC	NO EXERC.	INÍCIO	FIM	
9	Conv. 317/05	Companhia Docas do Ceará	07.223.670/0001-16	4.000.000,00	959.096,00	4.000.000,00	0,00	31/12/05	31/05/10	Adimplente
10	Conv. 06/99*	Paraíba Governo do Estado	08.761.124/0001-00	45.158.354,86	5.005.256,58	28.511.045,66	0,00	30/06/99	31/08/09	Adimplente
11	Conv. 123/05	Porto do Recife	04.417.870/0001-11	7.773.111,83	1.678.526,22	7.000.000,00	0,00	22/12/05	31/05/09	Adimplente
12	Conv. 043/01*	Administração do Porto de SFS	83.131.268/0001-90	83.338.262,70	23.966.388,21	16.819.020,84	0,00	28/12/01	31/12/08	Adimplente
13	Conv. 235/04	Administração do Porto de SFS	83.131.268/0001-90	600.000,00	929.380,83	600.000,00	0,00	30/12/04	30/08/10	Adimplente
14	Conv. 003/07	Governo do Estado do Piauí	08.809.355/0001-38	12.000.000,00	1.200.000,00	3.000.000,00	3.000.000,00	31/12/07	30/11/10	Adimplente
13	Termo de Compromisso 003/09	Governo do Estado do Piauí	08.809.355/0001-38	14.000.000,00	0,00	0,00	0,00	17/12/09	15/12/10	Adimplente
14	Cooperação Técnica n.º 06/09**	Universidade Federal da Bahia	15.180.714/0001-04	1.132.236,66	0,00	1.132.236,66	1.132.236,66	24/09/09	22/05/10	Adimplente
15	Cooperação Técnica n.º 07/09**	Universidade Federal da Bahia	15.180.714/0001-04	3.253.824,32	0,00	0,00	0,00	09/12/09	08/12/12	Adimplente
16	Conv. 719253/09	Companhia Docas do Espírito Santos	27.316.538/0001-66	4.000.000,00	0,00	0,00	0,00	06/01/10	05/06/10	Adimplente

RELATÓRIO DE GESTÃO – EXERCÍCIO 2009

Nº	TIPO	CONVENENTE		VALOR PACTUADO	CONTRAPARTIDA PACTUADA	REPASSE		VIGÊNCIA		SITUAÇÃO
		RAZÃO SOC.	CNPJ			ATÉ O EXERC	NO EXERC.	INÍCIO	FIM	
17	Cooperação Técnica n.º 08/09**	Companhia Docas do Ceará	07.223.670/0001-16	840.000,00	140.000,00	90.000,00	90.000,00	08/01/09	22/04/12	Adimplente
18	Cooperação Técnica n.º 09/08**	Companhia Docas do Rio Grande do Norte	34.040.345/0001-90	250.000,00	0,00	40.000,00	40.000,00	08/01/09	07/12/10	Adimplente
19	Conv. 010/08	Fundação Coordenação de Projetos, Pesquisas e Estudos Tecnológicos	72.060.999/0001-75	1.120.000,00	120.000,00	500.000,00	500.000,00	08/01/09	06/01/11	Adimplente
20	Conv. 703253/09	Fundação de Apoio à Pesquisa Científica e Tecnológica		574.448,00	74.448,00	0,00	500.000,00	20/01/10	19/01/11	Adimplente
21	Conv. 129264/09	Porto de São Francisco do Sul		331.509,60	16.575,48	314.934,12	314.934,12	20/01/10	19/04/10	Adimplente
22	Conv. 728474/09	Porto do Recife	04.417.870/0001-11	609.676,79	60.967,67	0,00	0,00	01/01/10	01/07/10	Adimplente
23	Termo de Cooperação n.º 50/09	Cento de Análises de Sistemas Navais de Marinha	00.394.502/0431-10	292.066,70	0,00	0,00	0,00	31/12/09	31/08/10	Adimplente

RELATÓRIO DE GESTÃO – EXERCÍCIO 2009

Nº	TIPO	CONVENENTE		VALOR PACTUADO	CONTRAPARTIDA PACTUADA	REPASSE		VIGÊNCIA		SITUAÇÃO
		RAZÃO SOC.	CNPJ			ATÉ O EXERC	NO EXERC.	INÍCIO	FIM	
24	Termo de Cooperação n.º	Universidade Federal de São Paulo	60.453.032/0001-74	670.000,00	0,00	670.000,00	0,00	31/12/09	31/12/10	Adimplente
25	Conv. 703683/09	Fundação de Apoio à Universidade de São Paulo	63.025.530/0001-04	467.943,34	46.794,34	180.492,00	180.492,00	15/09/09	14/07/10	Adimplente
26	Termo de Cooperação n.º 02/2009	Universidade Federal de Santa Catarina	83.899.526/0001-82	344.667,61				31/12/09	30/05/10	Adimplente
27	Conv. 007/08	Companhia Docas do Ceará	07.223.670/0001-16	1.753.000,00	502.970,00	850.030,00	850.030,00	31/12/08	31/07/10	Adimplente
28	Conv. 703523/2009	Agência Brasileira de Gerenciamento Costeiro	CNPJ 04.739.972/0001-53	51.800,00	2.600,00	49.200,00	49.200,00	27/05/09	26/08/09	Concluído

* Convênios encerrados, estão com as Prestações de Contas em análise pela SEP.

** Não estão no SICONV.

NOTA: As prestações de contas referentes aos Convênios nºs 268/06, 011/95, 006/99, 123/05 e 043/01, ainda estão em análise por esta Secretaria Especial de Portos, em função do grande volume de documentos apresentados pelos convenentes e de pendências já constatadas e que se encontram em regularização.

Quadro de Deliberações TCU

Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Itens	Tipo	Comunicação Expedida
3		327/2009	9.1.1 9.1.2 9.1.3 9.1.4 9.1.5		
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
SECRETARIA ESPECIAL DE PORTOS					092748
Descrição da Deliberação:					
<p>Os Ministros determinam à Secretaria Especial de Portos, no âmbito do contrato nº AQ-96/2003-00, datado de 10.09.2003, com o Consórcio ECOPLAN/PLANAVE para a execução dos serviços de supervisão e assessoria à Fiscalização das obras do prolongamento dos molhes da barra do Porto do Rio Grande que:</p> <p>9.1.1 confirme o efetivo recolhimento da contribuição social sobre o lucro líquido - CSLL, exigindo para tanto que a empresa Ecoplan Engenharia Ltda. comprove que incorreu no referido gasto na execução contratual;</p> <p>9.1.2 apure os valores pagos indevidamente ao Consórcio Ecoplan/Planave pelo superfaturamento relativo aos itens de pessoal e pela inclusão na taxa de bonificações e despesas indiretas - BDI de 5% a título de imposto sobre serviços de qualquer natureza - ISSQN, enquanto que a lei municipal exige 4%;</p> <p>9.1.3 efetue retenções dos valores indevidamente pagos nas faturas vincendas do contratado;</p> <p>9.1.4 realize a adequação do contrato, mediante a substituição da alíquota do ISSQN e, se for o caso, a retirada da parcela referente à CSLL, bem como ajuste os valores constantes na planilha de preços do contrato de acordo com os salários efetivamente pagos aos seus empregados;</p> <p>9.1.5 informe a esta Corte de Contas, no prazo de 60 (sessenta) dias, o resultado das medidas dos subitens anteriores.</p>					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
SUBSECRETARIA DE PORTOS					092753
Síntese da providência adotada ou a justificativa para o seu não cumprimento:					
<p>Atendendo às determinações do TCU, a SEP apresentou à contratada uma proposta contemplando uma redução de valores - com base na tabela de serviços de consultoria do DNIT - com vistas a restabelecer o fluxo de pagamentos pelos serviços prestados. Tal proposta, no entanto, não foi aceita pelo Consórcio Contratado. À exceção dos valores referentes ao ISSQN pagos a maior, para os quais foi aceita a redução, para os demais permanece o impasse. Ressalta-se ainda que o contrato que expiraria em 31 de dezembro de 2009 teve seu prazo final prorrogado para maio de 2010, de forma a acompanhar o término previsto da obra em atendimento à outra determinação do TCU no sentido de que não houvesse execução da obra sem a presença de fiscalização.</p>					
Síntese dos resultados obtidos					
<p>Como medida preventiva relacionada ao cumprimento das determinações exaradas pelo TCU à SEP/PR constantes no Acórdão nº 327/2009 foi efetivada, a partir de fevereiro de 2009, a retenção dos valores das faturas referentes às medições do Contrato AQ-096/2003.</p> <p>Vale assinalar que o valor acumulado retido equivale, aproximadamente, à aplicação da base de preços reconhecida pelo órgão de controle, resguardando, dessa forma, o erário de eventuais danos.</p>					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					

Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
2	TC-006.284/2009-2	Nº 2091/2009	9.1.2 9.2 9.4		
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
SECRETARIA ESPECIAL DE PORTOS					092748
Descrição da Deliberação:					
Indícios de irregularidades nas obras de recuperação dos berços 101 e 102 do Porto do Itaqui/MA.					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
SUBSECRETARIA DE PORTOS					092753
Síntese da providência adotada ou a justificativa para o seu não cumprimento:					
<p>Após este Acórdão, a SEP intensificou as cobranças relativas às situações pendentes apontadas pelo TCU, com idas quinzenais de técnico desta SEP à sede da EMAP, bem como vindas das equipes da EMAP para reuniões em Brasília. Além disso, foram instituídas reuniões semanais para tratar dos contratos relativos aos convênios firmados com a SEP e, em muitas delas, a participação da SEP foi decisiva para a resolução dos problemas. Cabe destacar que nas reuniões em que a SEP não envia representante, a EMAP fica encarregada de enviar as atas destas reuniões para acompanhamento.</p> <p>Pode ser citada a Reunião entre a SEP e a EMAP do dia 07/12/2009, realizada na sede da SEP, em Brasília-DF, no qual a SEP solicita da EMAP um relatório sobre o atendimento às pendências elencadas pelo TCU com relação a todos os convênios e contratos. Outra ação da SEP resultou em três termos de notificação emitidos pela EMAP, sendo dois deles relativos a RAM engenharia e o outro ao Consórcio Noberto Odebrecht/Andrade Gutierrez.</p>					
Síntese dos resultados obtidos					
<p>O Consórcio Norberto Odebrecht/Andrade Gutierrez, em 04/02/2010, apresentou documentos junto ao TCU com vistas a esclarecer as questões relativas aos itens manutenção de canteiro e inadimplência na retomada da obra - itens aguardando julgamento pelo Tribunal. No contrato de gerenciamento da RAM Engenharia, o TCU pediu esclarecimentos em relação ao descompasso verificado entre a fiscalização das obras e a sua execução - a empresa RAM também já encaminhou os esclarecimentos ao TCU e está aguardando julgamento.</p>					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					

Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
1	TC-013.725/2008-0	Nº 1808/2008	9.3.1		
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
SECRETARIA ESPECIAL DE PORTOS					092748
Descrição da Deliberação:					
Constatação de execução de serviços sem celebração de aditivo nas obras de recuperação dos berços 101 e 102 do Porto do Itaqui/MA. Possível necessidade de alteração contratual.					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
SUBSECRETARIA DE PORTOS					092753
Síntese da providência adotada ou a justificativa para o seu não cumprimento:					
<p>Após este Acórdão, a SEP intensificou as cobranças relativas às situações pendentes apontadas pelo TCU, com idas quinzenais de técnico desta SEP à sede da EMAP, bem como vindas das equipes da EMAP para reuniões em Brasília. Além disso, foram instituídas reuniões semanais para tratar dos contratos relativos aos convênios firmados com a SEP e, em muitas delas, a participação da SEP foi decisiva para a resolução dos problemas. Cabe destacar que nas reuniões em que a SEP não envia representante, a EMAP fica encarregada de enviar as atas destas reuniões para acompanhamento.</p> <p>Podem ser citadas a Reunião entre a SEP e a EMAP do dia 07/12/2009, realizada na sede da SEP, em Brasília-DF, no qual a SEP solicita da EMAP um relatório sobre o atendimento às pendências elencadas pelo TCU com relação a todos os convênios e contratos, bem como a reunião em que a SEP participou decisivamente para a confecção de um acordo entre a EMAP e o Consórcio Norberto Odebrecht/Andrade Gutierrez, nos dias 23 e 24/02/2010, a qual resultou na elaboração da minuta do 5º Termo Aditivo entre a EMAP e o Consórcio (estas atas seguem em ANEXO)</p>					
Síntese dos resultados obtidos					
<p>Foi assinado o 5º Termo Aditivo Contratual entre a EMAP e o Consórcio Norberto Odebrecht/Andrade Gutierrez com a mediação da SEP - Neste termo aditivo, as partes repactuaram serviços não constantes nas planilhas licitadas, conforme determinação do TCU.</p> <p>O Acórdão 1.808/2008 mencionava outras pendências, mas que já haviam sido atendidas no ano de 2008.</p>					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					

Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Itens	Tipo	Comunicação Expedida
4	TC-010.760/2009-4	1901/2009-Plenário	9.2		
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
SECRETARIA ESPECIAL DE PORTOS					092748
Descrição da Deliberação:					

9.2. baseado nas premissas indicadas no item 9.1 e no exame da situação concreta procedido no voto e nos pareceres da Secob e do MP/TCU, determinar à SEP/PR que:

9.2.1. com as informações que dispuser, proceda à reavaliação da situação fática do Porto de Itajaí e da completa especificação da necessidade de atuação emergencial por parte da administração contratante, conforme explicitado nos itens 9.1.1 e 9.1.2 deste Acórdão, para justificar a adoção da contratação excepcional;

9.2.2. considerando o curtíssimo espaço de tempo (dois meses) até que se inicie o novo período de chuvas no sul do Brasil, adote imediatamente, em caráter urgentíssimo, as medidas necessárias à realização das obras de proteção das instalações do Porto de Itajaí e das áreas urbanas próximas, expostas a novas enchentes;

9.2.3. analise, juntamente com a Superintendência do Porto de Itajaí, nos termos do contrato de arrendamento de instalações portuárias à empresa TECONVI S/A, quais as responsabilidades da arrendatária pela cobertura securitária, proteção e reconstrução das instalações portuárias objeto do referido arrendamento (Berçol), de modo a imputar-lhe, no que couber, o correspondente ônus financeiro pelas obras de proteção e reconstrução dessas instalações;

9.2.4. em relação aos contratos emergenciais celebrados para reconstrução dos berços de atracação 1 e 2/3 do Porto de Itajaí, informe a este Tribunal, no prazo de 60 dias, a situação de cada contrato, especificando a execução física e financeira, todos os aditivos eventualmente celebrados, os projetos e orçamentos atualizados, os ajustes procedidos com relação às falhas e inconsistências neles observadas (conforme relatórios e pareceres transcritos para o relatório), se e onde cabíveis a depender do percentual de execução física, em especial com relação à equivalência entre os preços contratados/pagos e os de mercado (por itens individuais) e à forma de medição dos serviços executados, inclusive mobilização e desmobilização, evitando, com isso, a possibilidade de superfaturamento ou sobrepreço; e adote medidas administrativas cabíveis em caso de negativa das empresas em acatar as eventuais retificações;

9.2.5. encerre o contrato 006/2009-SEP/PR (reconstrução da retroárea), tendo em vista que não subsistem situações de emergência abrangidas por seu objeto (salvo a demolição do armazém nº 2), adote os procedimentos elencados no item 9.2.4, acima, onde couberem, e proceda ao encontro de contas entre o que ainda faltaria pagar (serviços e desmobilização) e eventual montante já pago (a título de mobilização e serviços), descontando os valores referentes a itens não efetivamente realizados em razão da sensível redução do objeto contratado;

9.2.6. caso se decida pela celebração de novos contratos, emergenciais ou não, proceda de forma a evitar as falhas e inconsistências observadas nos contratos emergenciais anteriores, conforme apontadas no relatório e pareceres transcritos para o relatório deste Acórdão, e encaminhe, assim que celebrados, cópia dos respectivos instrumentos, acompanhados dos respectivos projetos e orçamentos, para análise por esta Corte;

9.2.7. em quaisquer hipóteses de prorrogação ou celebração de contratos:

9.2.7.1. complemente, detalhe, corrija e aprove previamente os respectivos projetos e orçamentos, que deverão estar assinados pelos responsáveis por sua elaboração;

9.2.7.2. faça constar dos processos os necessários pareceres técnicos e jurídicos, na forma da lei;

9.2.7.3. corrija as falhas e inconsistências, bem como observe as condições apontadas pelos pareceres da Secob e do Ministério Público junto ao TCU, transcritos no relatório;

9.2.7.4. abstenha-se de celebrar contratos emergenciais com prazos superiores aos estabelecidos na Lei e cujos objetos incluam itens não correlacionados à situação de emergência ensejadora da contratação excepcional;

9.2.7.5. proceda ao registro de todos os contratos no SIASG assim que celebrados;

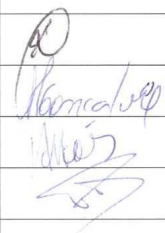
9.2.8. apure se existe justo motivo para o descumprimento do cronograma acordado nos contratos emergenciais celebrados com o Consórcio Triunfo-Serveng-Constremac para a reconstrução dos berços 1 e 2, nos termos em que propõe a Secob no item 338 de seu parecer.

Providências Adotadas	
Setor responsável pela implementação	Código SIORG
SECRETARIA ESPECIAL DE PORTOS	092748
Síntese da providência adotada ou a justificativa para o seu não cumprimento:	
<p>A Secretaria Especial de Portos, por intermédio do Ofício Nº 1403/2009/SP/SEP/PR, datado de 12/11/2009, encaminhou ao Secretário do TCU – SECEX/SC, toda a documentação solicitada, incluindo informações sobre as providências que vinham sendo tomadas pela SEP para o atendimento às determinações do TCU, proferidas no Acórdão em questão.</p>	
Síntese dos resultados obtidos	
<p> </p>	
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	
<p> </p>	

ANEXOS



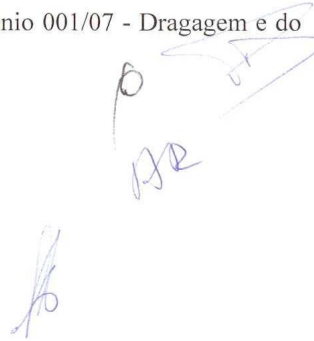
Ata de Reunião

Nº	/	DATA	07/12/2009	FOLHA	1/2
LOCAL:					
Secretaria Especial de Portos - SEP					
APRESENTAÇÃO DO RELATÓRIO TÉCNICO DAS OBRAS DO ITAQUI E A MODIFICAÇÃO NO PROJETO DO BERÇO 102					
PRESENTES					
NOME		EMPRESA/SETOR		RUBRICA	
ROGÉRIO MENESCAL		SEP			
SILVÉRIO LACERDA		SEP			
ATALIBA ROBLES		EMAP			
PABLO ECEIZA		EMAP			
PAUTA					
DISTRIBUIÇÃO					
COMPANHIA				Nº DE CÓPIAS	

64 puxa 3779

2/2

1. SEP solicita a data de entrega do projeto, justificativa e demais documentos listados nas reuniões com a equipe da EMAP e da R. Peotta assim como no relatório de obras do mês de novembro/09 referente ao berço 108.
2. Foi apresentado a proposta de adequação do berço 102 entre os gabiões G2 ao G4 com a manutenção dos gabiões no local passando a cota do berço para -11m, sendo esta considerada viável sendo necessário a sua formalização à SEP e consequente alteração no Plano de Trabalho.
3. A SEP solicita que para o trecho restante do berço 102, que não foi objeto de reforma atual, seja providenciado um projeto conceitual para dar início a escolha da melhor alternativa de reforma para apartir ser dado o início ao projeto básico.
4. SEP solicita da EMAP um relatório sobre o atendimento às pendências elencadas pelo TCU com relação a todos os convênios e contratos.
5. A SEP entregou uma lista de pendências relacionadas ao TCU dos convênios 001/2007 e 173/2003 a serem respondidas no relatório solicitado no item anterior.
6. SEP solicita a revisão no Plano de Trabalho da Dragagem com a inclusão da previsão de reajustamento.
7. A SEP solicita a prestação de contas do convênio 001/07 - Dragagem e do Convênio 173/03.



Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large signature at the top right and a smaller one at the bottom left.

RAM Engenharia Ltda.



Ata de Reunião

ASSUNTO	DATA	RESP.
PARTICIPANTE EMPRESAS ASSIMILADA		
SILVIO A. HENRIQUES RAM		
TAVARES JR. SEP/PR		
THOMAZ BAKER COS. CNO/AG		
WALDEMIR BENTO COS. CNO/AG		
ATALIBA ROBERTI EMAP		
LUIZ AUGUSTO LAGO EMAP		
CLAUDIO PEDRO MOURÃO EMAP		
CLAUDIO PEDRO MOURÃO CONTROLADOR CNO/AG		
PAUTA		
<p>① - ANÁLISE DA PLANILHA APRESENTADA PELA EMAP NA REUNIÃO DE ONTEM O CONSÓRCIO ODEBRECHT/AMORIM RETORNOU HOJE COM NOVA COMPOSIÇÃO: A SER REALIZADA PELA EMAP.</p> <p>HAVERÁ NOVA REUNIÃO PARA AJUSTE DE VALORES DE DENTAS COMPOSIÇÕES, EM 24/02/2010</p>		
<p>② - ADIAMENTO DOS CARIÓTIPOS: O CONSÓRCIO PEDE DEFINIÇÃO E DESENHO/PROJETO DOS NÍVEIS.</p> <p>→ CONSÓRCIO PROPÕE PREENCHER COM PEORA PULMÃO OS LUGARES ESCAVADOS/REBAIXADOS DEMAIS/RETIRADA DE ENCHIMENTO TOPOGRAFIA DA RAM AMANHÃ</p>		
<p>VERIFICAR A ATUAL COTA DE ESCAVAÇÃO 24/2 RAM</p>		

